

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando às vidas úteis econômicas estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros

incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos não são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto. Terrenos não são depreciados. Vide comentários adicionais na Nota Explicativa no 7.

iv. Obras em andamento

O valor do ativo de obras em andamento é mensurado pelo custo incorrido, conforme o andamento da obra.

f. Intangível

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

i. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo "Obrigações com recursos de projetos", no passivo circulante, e, na medida de sua realização, são reconhecidos como receita em confronto com as despesas do mesmo período.

Os "Investimentos com recursos de projetos" referem-se aos bens registrados no ativo imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O seu valor residual está registrado em conta do passivo não circulante, "Subvenções para investimento a amortizar", e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por financiador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre financiadores.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões

são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Receita operacional

As receitas das atividades decorrem, basicamente, do contrato de gestão firmado com o MCTI, bem como de outros recursos captados pelo Instituto. As receitas são registradas com base nas despesas incorridas nos projetos.

As receitas de serviços prestados com Ecoturismo e venda de produtos pela Loja de Artesanatos são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal, ao final da prestação de serviço.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras decorrem de taxas bancárias e outros itens correlatos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

m. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

i. Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação pro rata temporis.

ii. Imobilizado

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado

na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado

iii. Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

n. Isenções fiscais

O Instituto é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

4. Caixa e equivalente de caixa

	2021	2020
Caixa	9	4
Bancos	131	-
Aplicações financeiras	2.144	1.976
	2.284	1.980

5. Recursos vinculados a projetos

	2021	2020
Caixa	6	8
Bancos	214	-
Aplicações financeiras	22.328	22.802
	22.548	22.810

Composição por projeto

	2021	2020
Contrato Gestão - MCTI	19.107	20.469
Convênio Lei de Informática	844	-
Convênio Moore	812	1.139
Convênio GIZ	784	-
Convênio FINEP	365	283
Convênio BNDES	250	293
Convênio SEMA	120	120
Convênio Zurich/Imaflora	105	-
Convênio Global	81	-
Convênio IEB/USAID	38	25
Convênio WCS	36	144
Convênio LIRA	6	86
Termo Parceria MCTI	-	251
	22.548	22.810

Os recursos financeiros vinculados têm seu uso restrito à aplicação em projetos a que se destinam, conforme disposições contratuais.

Tanto no caso de recursos próprios quanto para os vinculados a projetos, os investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de, aproximadamente, 0,38% ao mês.

A Administração do Instituto adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas nos próprios projetos.

6. Créditos a receber

	2021	2020
Recursos a Rec. Contrato Gestão	33.000	1.210
Adiantamentos a fornecedor	145	131
Recursos de clientes	56	-
Adiantamentos a funcionários	52	76
Seguros a apropriar	16	18
Adiantamentos de viagens	2	1
Créditos tributários	-	13
	33.271	1.449

O valor de R\$ 33.000, do Contrato de Gestão, foi aprovado no 2º Termo Aditivo do Contrato de Gestão, e parte desse valor estava previsto o recebimento ainda em 2021, que ainda não ocorreu, e o restante está previsto para o orçamento de 2022.

7. Imobilizado

	2021	2020
Bens próprios	4.428	3.656
Bens com restrição de uso	19.881	19.302
	24.309	22.958

	Saldo em 31.12.2020	Adiç	Baixa	Transf	Saldo em 31.12.2021
Custo					
Terrenos	10	-	-	-	10
Edificações	10.992	-	-	177	11.169
Instalações	593	4	-	-	597
Maq. E Equip	4.877	392	(16)	-	5.253
Equip. Inform.	2.440	408	(400)	-	2.448
Veículos	756	-	-	1.142	1.898
Móveis e Utensílios	1.479	102	(2)	-	1.579
Biblioteca	-	653	-	-	653
Benfeitorias	785	-	(785)	665	665
Imob. Andamento	1.026	994	-	(1.984)	36
	22.958	2.553	(1.203)	-	24.308
Depreciação Acumulada					
Edificações	(2.883)	(196)	-	-	(3.079)
Instalações	(338)	(15)	-	-	(353)
Máq. Equipamento	(2.981)	(277)	15	-	(3.243)
Equip. Informática	(1.944)	(233)	398	-	(1.779)
Veículos	(354)	(45)	-	-	(399)
Móveis e Utensílios	(967)	(97)	1	-	(1.063)
Benfeitorias	(784)	(28)	784	-	(28)
	(10.251)	891	1.199	-	(9.259)
	12.707	1.662	(5)	-	14.364
	Saldo em 31.12.2019	Adiç	Baixa	Transf	Saldo em 31.12.2020
Custo					
Terrenos	10	-	-	-	10
Edificações	11.041	-	(49)	-	10.992
Instalações	593	-	-	-	593
Máq e Equipam	4.701	389	(213)	-	4.877
Equip. de Informática	2.316	252	(128)	-	2.440
Veículos	806	-	(50)	-	756
Moveis e utensílios	1.404	100	(25)	-	1.479
Biblioteca	55	-	(55)	-	-
Benfeitorias	1.495	-	(710)	-	785
Imobil. em andamento	15	1.011	-	-	1.026
	22.436	1.752	(1.230)	-	22.958
Depreciação Acumulada					
Edificações	(2.703)	(197)	17	-	(2.883)
Instalações	(321)	(17)	-	-	(338)
Máq. Apar. e equipamentos	(2.863)	(279)	161	-	(2.981)
Equip. de informática	(1.900)	(170)	126	-	(1.944)
Veículos	(354)	(37)	37	-	(354)
Moveis e utensílios	(894)	(94)	21	-	(967)
Benfeitorias	(1.470)	(6)	692	-	(784)
	(10.505)	(800)	1.054	-	(10.251)
	11.931	952	(176)	-	12.707

Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado:

Em 2021 não foi realizada verificação geral nos bens do Instituto, para avaliar a situação atual dos mesmos, sendo feito apenas uma revisão nos cadastros em seu sistema de controle patrimonial, pois a administração considera que os valores residuais dos bens estão em conformidade com seu estado de conservação atual e estão depreciando de acordo com as taxas de depreciação e o tempo de vida útil constantes no laudo de avaliação feito pela empresa Global Consult.

8. Intangível

	2021	2020
Bens próprios	2	2
Bens com restrição de uso	377	377
	379	379

